

Redução dos juros só com economia ajustada

São Paulo — Os países às voltas com a dívida externa podem amenizar o pagamento dos juros se adotarem um programa de saneamento de suas economias internas, segundo opinou ontem o diretor de estudos econômicos e vice-presidente do Banque Nationale de Paris, Gabriel François. Preocupado em ressaltar que não estava no país como porta-voz do banco, François evitou comentar a questão da dívida externa do Brasil, alegando que estava em São Paulo para falar sobre a crise econômica mundial, tema da palestra feita, ontem à noite, para 70 executivos de empresas brasileiras e francesas. Na segundafeira, François estará em Brasília mantendo contatos com o Banco Central.

O Banque Nationale de Paris tem créditos com o Brasil no valor de 1 bilhão 250 milhões de dólares. Os créditos da França chegam a 10% da dívida externa do Brasil. De acordo com François, a expectativa é de que o crescimento das economias dos países europeus seja pequeno em 1987 (a alemã seria a que mais cresceria, com uma taxa de 3%, ficando as outras entre 2% e 2,5%). Assim, países com problemas de dívida externa, como o Brasil e a Argentina, teriam dificuldades em manter o seu nível de exportações. A compensação para isso seria uma queda na taxa de juros, que, segundo François, ainda é viável.

François só se referiu ao problema da dívida externa brasileira quando formulou uma hipótese: "Suponhamos que a economia interna do Brasil seja saneada. Neste caso, o serviço da dívida fica menos pesado. Quando um país tem um programa equilibrado da sua economia, os credores não têm relutância em lhe conceder novos empréstimos." Ele negou-se a apontar um caminho para um país que deve 100 bilhões de dólares, como o Brasil, negociar com os seus credores em condições favoráveis. "Não sei o que vai acontecer, se isso (a redução do pagamento do serviço da dívida) é possível. Precisamos ver os termos da negociação", explicou.

Economia saneada

François — que já falou a executivos de clientes do Banque Nationale de Paris, no Rio de Janeiro, na terça-feira — entende que o país endividado com credores estrangeiros deve buscar, em primeiro lugar, o equilíbrio de suas contas internas. Três itens mereceriam atenção especial: o controle do déficit público, incluindo governo federal, estatais, municípios e estados; o controle de salários; e o controle da emissão de moeda.

Ao falar sobre os meios de pagamento, François observou que a única forma de se evitar a emissão descontrolada de moeda é o Banco Central ter independência em relação ao governo. "É preciso que o Banco Central seja dirigido por uma pessoa que possa dizer 'não' a um pedido de refinanciamento do setor privado ou setor produtivo. Aí, a inflação vai ser controlada", analisou François, explicando que, ao fazer essas observações, não estava criticando o Brasil, país que se encaixa no figurino traçado pelo economista francês.

Inflação

O diretor do Banque Nationale de Paris, que também esteve em Buenos Aires com o mesmo objetivo (fazer palestras sobre a crise da economia mundial), disse que suas observações feitas naquele país e no Brasil o levam a uma conclusão: é impossível combater a inflação adotando-se uma política que tenha como objetivo a redução gradativa dos seus níveis. Ele entende que isso é factível numa economia como a da França, onde o governo vem adotando uma política gradualista.

— A receita que ele dá para economias com inflação muito altas (entre 300% e 400% ao ano) é de um tratamento rigoroso, que passaria pelo corte dos gastos públicos.

Não adianta tentar baixar uma inflação de 300% ou 400% para 30% ou 40%, porque durante todo esse tempo a confiança da população não é completa, ficando sempre a expectativa de inflação futura que se traduz na alta das taxas de juros.